

**TERRITÓRIO E  
AGRICULTURA  
ORGÂNICA EM MATO  
GROSSO DO SUL:  
QUANDO O PASSADO  
ENSINA O FUTURO.**

**TERRITORY AND  
ORGANIC  
AGRICULTURE IN  
MATO GROSSO DO SUL:  
WHEN THE PAST  
TEACH THE FUTURE.**

**TERRITOIRE ET  
AGRICULTURE  
ORGANIQUE DANS LE  
MATO GROSSO DO SUL:  
QUAND LE PASSÉ  
FORME L'AVENIR**

**SILVANA APARECIDA  
LUCATO MORETTI\***  
UEMS  
silvana@uems.br

**MARIA GERALDA DE  
ALMEIDA\*\***  
UFG  
mgdealmeida@gmail.com

\* Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Geografia do IESA / UFG. Bolsista/ CAPES. Docente da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

\*\* Professora Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG.

**Resumo:** O trabalho realizado por pequenos produtores na produção de alimentos orgânicos no Território Rural da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, constitui um processo de resistência ao domínio da produção agrícola de *commodities*. A opção pela produção de produtos orgânicos em área dominada pela pilhagem da água e do solo, para a produção em grande escala, constitui o novo na produção territorial. Os conflitos se estabelecem no lugar, com o domínio da globalidade que define a normatização das formas de produção e comercialização para os produtores orgânicos. Neste conflito invisível esses produtores constroem identidade baseada na solidariedade e na sustentabilidade social.

**Palavras chaves:** Território Rural; Agricultura Orgânica; Sustentabilidade social

**Abstrat:** The work done by small farmers in the production of organic food in the rural territory of Grande Dourados, in Mato Grosso do Sul, is a process of resistance to the agricultural production of *commodities*. The option for the production of organic products in an area dominated by the plunder of water and soil, for large-scale production, is the new production planning. The conflicts are established in place, with domain of overall which define the normalization of production and commercialization ways to the organic producers, this invisible conflict these producers build an identity based on solidarity and social sustainability.

**Key Words:** Rural territory; Organic agriculture; social sustainability

**Résumé :** Le travail réalisé par de petits producteurs dans la production d'aliments biologiques dans le Territoire Rural des environs de Dourados, dans le Mato Grosso do Sul, constitue un processus de résistance au domaine de la constitue preuve d'un processus de résistance la production agricole de *commodities*. L'option pour la production de produits biologiques dans une étendue dominée par le pillage de l'eau, du sol, pour la production en grande échelle, constitue une nouveauté dans la production territoriale. Dans ce nouveau modèle de production et de commercialisation pour les producteurs biologiques, les règles sur imposées par la mondialisation créant un conflit invisible entre les différents modes de productions. Dans ce conflit, les producteurs ces producteurs construisent une identité basée sur la solidarité et sur la durabilité sociale.

**Mots-clés:** Territoire Rural ; Agriculture Biologiques, Durabilité Sociale.

## INTRODUÇÃO

A produção territorial de Mato Grosso do Sul está centrada nos produtos de *commodities* agrícolas, com o uso intensivo de agrotóxicos de origem sintética, e esta forma produtiva domina o desenvolvimento da riqueza e da pobreza no estado, mas, especificamente na região da Grande Dourados, localizada ao sul do estado, ocorreu a formação de áreas constituídas por pequenas propriedades rurais de produção, consequência da implantação na década de 30 do século XX da Colônia Agrícola Nacional da Dourados - CAND.

Estas pequenas propriedades são divididas em diferentes categorias e estruturas agrícolas, tais como, a produção convencional, a agroindústria, a agrícola familiar<sup>1</sup>, os assentamentos rurais e os produtores de alimentos orgânicos, destacados para a reflexão aqui apresentada.

Os produtores de orgânicos constituem um grupo social minoritário em um estado onde a principal atividade econômica é o agronegócio, baseado historicamente no binômio soja/agropecuária.

Ao traçar o perfil deste grupo foram utilizadas três técnicas de levantamento de dados: diagnóstico de levantamento de dados em 14 produtores realizado nos anos 2006/2007; análise de documentos de registros na Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS – em 2009; leitura do diagnóstico de consultoria pela Empresa Milênio, contratada pelo SEBRAE/MS-2006.

O objetivo central aqui é refletir sobre a territorialidade destes pequenos produtores rurais ao optarem em trabalhar com alimentos de origem orgânica, em um estado tradicionalmente marcado pelo uso de tecnologia ligado a agroindústria.

Algumas hipóteses podem ser consideradas para a opção produtiva deste grupo de produtores. Dentre elas merecem destaque:

- a busca de alternativa econômica considerando-se a impossibilidade de competitividade deste pequeno produtor com a produção agrícola altamente centrada na produtividade. Neste caso, a opção pela agricultura orgânica teria um caráter eminentemente econômico; ou

- a busca de uma produção agrícola adequada ao ambiente natural. Neste caso, os agricultores teriam como motivação a chamada crise ambiental e as suas consequências, como esgotamento da fertilidade do solo, perda do solo pela erosão, poluição das águas e o desflorestamento. Neste sentido, apresenta-se uma alternativa produtiva ao modelo dominante de pilhagem ambiental.

- Outra hipótese considerada neste trabalho parte da história de vida dos agricultores. A opção pelo orgânico seria uma junção de possibilidades sociais, ambientais, políticas e culturais, que aglutinam os pequenos produtores em função de uma idéia, a idéia de produzir o “novo”, de ousar e de romper com o modelo de desenvolvimento que domina o processo produtivo regional da agricultura.

Para uma aproximação sobre a problemática da produção “alternativa” no território, em uma área dominada pela grande produção de *commodities*, é possível considerar a constituição de identidades entre os produtores agrícolas orgânicos, em suas práticas e nas idéias da resistência ao modelo dominante agrícola convencional.

A reflexão sobre a produção territorial em Mato Grosso do Sul, procura identificar o que se apresenta como o “novo”, como o “alternativo” em relação à base produtiva instalada, que está pautada na chamada “produção destrutiva”. Considera-se como produção destrutiva quando impõe sistemas produtivos que desconsideram a história, a cultura e os modos de vida das populações locais; quando promove a pilhagem dos elementos da natureza, como o solo e a água, para a produção de produtos agrícolas destinados a atender necessidades

---

<sup>1</sup> Lamarche(1993) classifica a estrutura de agricultura familiar, uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, criando portanto uma interdependência entre: propriedades, trabalho e família, onde todos exercem um função produtiva.

nem sempre essenciais, mas produzidas para a geração da riqueza.

## **APROXIMAÇÃO ANALÍTICA SOBRE A IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO MATO GROSSO DO SUL**

Os estudos referentes às identidades e territorialidades permitem considerar a existência de um amplo leque de idéias em construção por autores com diferentes perspectivas analíticas<sup>2</sup>. Com base nestes estudos e nos trabalhos de campo, percebemos a construção de territorialidades, que tem um sentido de pertencimento, “de pertencer aquilo que nos pertence” (Santos, 2001).

A perspectiva analítica adotada nesta reflexão contribui para a construção de caminhos teóricos que considerem também a formação de uma identidade entre os agricultores, considerando a sua luta cotidiana pelo estabelecimento de formas diferenciadas de produção e comercialização, que resulta na participação em uma rede nacional baseada na idéia de solidariedade.

É imperativo pensar na idéia básica da sociedade moderna globalizada, cujas práticas têm demonstrado a consolidação de uma sociedade individualizada em relação à construção coletiva. Nesse processo de formação do chamado “mundo moderno”, a integração em redes muitas vezes é pensada como agrupamento de vontades individuais com vistas a solucionar problemas individuais de empresas e de pessoas.

Neste sentido, a superação do processo de individualização é o novo. A formação da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS, que atuam na organização e operacionalização do Território Rural da Grande Dourados<sup>3</sup>, tem como significado a construção da sustentabilidade social.

A participação dos agricultores orgânicos, da área em estudo, do interior do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, e Deodópolis, e sua formação em redes sociais de solidariedade tanto na produção quanto na circulação de mercadorias se apresenta como um “processo alternativo” e diferenciado em relação ao modelo dominante de sociedade.

Esta problemática faz pensar sobre um processo contraditório a construção de uma organização social em grupo para participar de uma rede global possibilita o fortalecimento da identidade local, mas essa participação do grupo na rede mundial exige práticas produtivas e uso de normatizações definidas fora do grupo social local, atendendo as necessidades do global.

Sobre a participação no global, Giddens (1991), faz as seguintes considerações:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (1991, p. 69).

Os agricultores orgânicos para conseguirem a inserção de seus produtos no mercado global, necessitam do reconhecimento de uma normatização produzida pela racionalidade técnico-científica que seja compreendida, aceita e imposta globalmente. O reconhecimento é conferido através da certificação dos produtos orgânicos. Concordando com Guiddens, acontecimentos locais são modelados por normas produzidas distantes do lugar de produção, a produção orgânica, fruto das relações sociais produzidas no território da Grande Dourados, é formatada por normas produzidas por grupos sociais consumidores distantes dos lugares de produção.

A linguagem técnica - científica é o instrumento universal de dialogo entre os dife-

---

<sup>2</sup> Os autores analisados foram: Almeida (2005), Haesbaert (2007), Raffestin (1983) e Saquet (2008) Hall(2006)

<sup>3</sup> Política Pública do Governo Federal implementada por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA/SDT, que promove um Desenvolvimento Regional Territorial do campo brasileiro incentivando ações que valorizem a organização e a produção dos pequenos produtores rurais da estrutura familiar.

EM...  
rentes lugares e suas práticas, o reconhecimento dos produtos e sua aceitação pelas diferentes culturas é balizado pelo julgamento técnico e científico, normatizado por critérios definidos pela racionalidade do mundo moderno. Neste contexto, os produtos orgânicos são aceitos no mundo global ao atenderem especificações técnicas de produção e de comercialização definidas pelas certificadoras estabelecidas e aceitas como capazes de fazerem esta avaliação.

Os agricultores orgânicos do Mato Grosso do Sul, para conseguirem a inserção de seus produtos no mercado, precisam atender as normas técnicas de produção estabelecidas pelas certificadoras. Esta condição provoca problemas internos quanto a organização social dos produtores e quanto a sua capacidade técnica e econômica para atender aos critérios estabelecidos.

Na busca da certificação os produtores se diferenciam pela capacidade técnica e econômica de atender às exigências das empresas certificadoras. Na prática, ocorre a competição no interior do grupo social que coletivamente e solidariamente construiu a proposta da produção orgânica.

Neste processo dinâmico e contraditório da construção e desconstrução da organização coletiva torna-se essencial refletir sobre o significado das técnicas enquanto instrumento de poder. Estas se efetivam e se concretizam na construção do território, remodelado, definido, redefinido, pelas redes, fluxos e fixos, e são modificadas a partir de processos históricos de acordo com as necessidades dos grupos sociais.

Desta forma, a certificação significa a imposição de técnicas definidas pela racionalidade do mundo moderno ocidental, e significa ainda a padronização de práticas produtivas que foram constituídas culturalmente nos lugares.

Contudo, o processo de padronização das práticas sociais e produtivas não ocorre de forma plena. O processo societário não é constituído de interpretações e de relativizações simplistas; ele é dinâmico, complexo e contraditório. O hegemônico não se consolida como tal, as diferenças são reforçadas, e os territórios são redefinidos.

As relações sociais se concretizam na construção territorial, que não é mais a base física e sim as interações, as trocas, com que a sociedade local se reconhece e se identifica na construção do lugar. Segundo, RAFFESTIN:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (1993, p. 144).

Os produtores orgânicos "territorializam" o espaço ao desenvolverem ações concretas e mesmo simbólicas relacionadas a produção agrícola relacionada a busca da sustentabilidade social. A permanência na terra e o seu uso tem como significado o pertencimento ao lugar, o "chão", conforme aponta MOREIRA (1982) e SANTOS (2002).

Substanciando a reflexão em relação ao espaço e ao território em outros dois artigos clássicos da geografia das décadas de 80/90 do século XX, Ruy Moreira, com *A geografia serve para desvendar máscaras sociais*, e Milton Santos, em *Dinheiro e território*, apontam a importância da análise destas duas categorias geográficas. Moreira (1982):

"A noção de espaço como "chão" da geografia é, certamente, um tema que perpassa todos os discursos geográficos em todos os tempos, tal como se pode aferir numa simples confrontação da maneira como a vêm definindo os geógrafos." (1982, p. 38):

Já Santos (2002):

"O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida". (2002, p.10).

Os autores usam a palavra "chão" com diferentes significados, tratando de espaço e

de território.

Moreira (1982) apresenta o espaço como chão, como base na compreensão de mundo e da realidade. O espaço no sentido epistemológico, filosófico, dá a sustentação ao pensamento geográfico, que liga toda a estrutura de construção de pensamento, e por isto é compreendida como “chão”; e a estrutura é a base de entendimento do real.

No caso de Santos (1999), a expressão é definido “chão” como se referindo ao território, como base de sustentação das relações sociais que são produzidas por meio do espaço, que são identificadas na construção local. Local onde ocorrem as manifestações sociais como resultado destas relações espaciais, identificadas como manifestação cultural e identidade social.

Neste sentido de “chão” concreto, de território construído a partir da produção espacial, é que a construção da identidade dos produtores orgânicos localizados no interior de Mato Grosso do Sul está inserida. Desenvolvem, por meio de uma produção agrícola diferenciada, uma identificação num processo particular de construção do território, superando a produção baseada no gado/ soja.

Os pequenos agricultores resistem à homogeneização da vida e mostram novos caminhos que são possíveis de serem trilhados. Neste sentido, é essencial entender o significado da produção de produtos orgânicos na sociedade moderna, e especificamente junto aos produtores rurais que constituíram a Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul- APOMS, compreender o movimento que permite a formação de um grupo de produtores organizados e, concomitantemente, o grupo produzindo uma identidade social que possibilita a construção de uma territorialidade participante e crítica no mundo globalizado.

## **Os produtos orgânicos na sociedade moderna**

A opção deste grupo de agricultores na produção de produtos orgânicos esta inserida em um processo geral no mundo moderno que busca repensar as práticas produtivas tradicionais solidificadas como outra possibilidade sócio-econômica.

A idéia dominante está calcada na perspectiva de que a produção agrícola somente será viabilizada economicamente se os produtores aderirem às práticas produtivas baseadas na grande produção agrícola com forte presença do uso de insumos industrializados e químicos.

Este modelo agrícola é questionado em aspectos centrais como: quanto à sua capacidade de gerar uma vida saudável relacionada à qualidade alimentar do ser humano criada por este modelo de produção; o consumo elevado de água, um elemento natural cada vez mais escasso; a homogeneização de produtos destinados a atender a demanda do agronegócio e da geração de energia, com destaque para a soja, a cana e o gado; o controle do mercado por poucas grandes empresas ligadas ao setor financeiro da economia mundial.

Este modelo de produção gera o dilema entre a capacidade de gerar riqueza econômica do modelo agroquímico e a sustentabilidade social dos povos e sua relação com a natureza.

Apesar de toda a técnica no sentido de dominar e superar a dependência produtiva em relação aos dos elementos naturais (solo, água, clima, etc.), não foi possível até o momento substituir a relação existente entre o plantar, a produtividade e a vida associada ao natural.

O principal elemento produtivo agrícola é a terra. Essa dependência da terra gera conflitos sociais e ambientais, pelo seu uso e posse, que assumem um valor simbólico em torno do “poder”; o valor agregado à terra; o valor da área de extensão; o valor de área verde e de área desmatada, poluída, com problemas de erosão. Estas questões passam pelo viés da propriedade da terra, seu uso e função e sua relação intrínseca com a natureza. Não existe produção agrícola sem a terra, a água e o sol.

Estas problemáticas estão intimamente ligadas à velocidade da produção industrial. Isto é, ao modelo de produção do capital que impõe à natureza seu domínio e a tentativa de superação de seus aspectos físicos no sentido de artificializar a produção da vida.

Este processo tem como base a separação entre natureza e sociedade. A natureza é

EM...  
compreendida como selvagem, a ser domesticada pelo homem; ela é vista como obstáculo a ser superado, e, ao mesmo tempo, como recurso que o conhecimento absoluto e infinito, baseado na razão, deverá superar e transformar em meio para se atingir um fim.

No final do século XX, esse processo apresenta seus limites, que são transformados pelo discurso científico em problemas ambientais, como, por exemplo, o efeito estufa e o aquecimento global, que provocam acaloradas discussões e acordos internacionais.

Os novos modelos de práticas produtivas desenvolvidos em nome do uso racional da natureza são apresentados no campo teórico da sustentabilidade que nem sempre pode se concretizar em sua plenitude, ficando restrito a alguns poucos lugares e comunidades, e acabam não se refletindo na sociedade como um todo e sim em ações individualizadas.

Os problemas sociais e ambientais decorrentes das ações realizadas a partir do chamado uso racional da natureza promove críticas profundas ao processo de modernização da agricultura. Ocorre um aprofundamento na discussão quanto à valorização e a “qualidade de vida” para todos. Novas leituras passam a ser produzidas acerca da reinvenção da natureza enquanto uma condição social. Desenvolve-se o chamado “reencantamento” da natureza, que passa a fazer parte do cotidiano da vida moderna com a valorização do natural – aí incluída a valorização dos alimentos naturais. (FLORIT, 2004)

A produção agrícola orgânica, neste momento de valorização da natureza, é compreendida como uma alternativa ao modelo de produção de alimentos artificiais.

Na lógica da produção territorial fragmentada do mundo moderno, alguns lugares são definidos como adequados para a produção de produtos agrícolas orgânicos. É mantida a prática da medição quantitativa para medir a viabilidade dos alimentos orgânicos, utilizando-se de metodologias criadas para atender às demandas da produção mecanizada em grande extensão. Portanto, o rompimento necessariamente passa pela reformulação da estrutura produtiva e de circulação das mercadorias.

Concordo com Florit (2004, p. 125) quando afirma que:

“Assim, ao mesmo tempo em que se discutem formas alternativas de se fazer agricultura, discutem-se igualmente idéias de natureza conformadas por visões de mundo, as quais dão ênfase a diferentes dimensões da vida social, ora privilegiando a eficácia produtiva, ora centrando-se nas implicações políticas, ou ainda em aspectos filosóficos-espirituais”.

Os debates atuais em torno da produção e legitimação dos alimentos orgânicos têm como base de sustentação o processo de construção social e cultural da valorização da natureza.

Os produtos orgânicos passam a invadir o cotidiano da vida moderna, com seu apelo ao natural e a uma vida simples. Os produtos certificados como orgânicos agregam valor, atendem a um grupo social específico, uma parcela da sociedade urbana desejosa de consumir produtos considerados saudáveis. Um consumidor fruto das revoluções culturais do final do século XX, que experimentou a radicalidade da transformação do natural em artificial e suas conseqüências para vida, que pode ser resumida na escassez de elementos naturais essenciais para a reprodução da espécie humana.

Esse segmento produtivo coloca em cena novos sujeitos sociais que estavam invisíveis em relação à agricultura convencional. E, os pequenos produtores rurais que produzem orgânicos tentam por meio desse processo de construção de identidades, agruparem-se em associações e resistirem ao domínio do modelo de desenvolvimento agrícola tradicional. Ao mesmo tempo, eles buscam uma nova relação sociocultural e ambiental que possa garantir a sua subsistência enquanto produtores diferenciados, num estado de economia baseado no agronegócio.

A análise das práticas da agricultura orgânica é entendida como sendo capaz de proporcionar o *repensar* das bases paradigmáticas da produção agrícola. A organização da produção agrícola orgânica apresenta-se como alternativa ao modelo agrícola dominante, inserindo idéias e práticas que indicam caminhos possíveis para sua superação.

Como resultado da crescente valorização, a produção orgânica, mesmo tendo um preço de mercado superior a outros produtos, tem ocupado terras e prateleiras de super-

mercados de uma maneira muito rápida. Isso demonstra que o fator econômico isolado não consegue explicar a opção produtiva e de consumo, elementos como valorização ambiental e da cultura dos povos, são fundamentais para compreender esse processo de busca por um modo de vida que valorize a sustentabilidade sócio-ambiental.

Neste contexto de valorização da produção orgânica, seja por meio dos aspectos econômicos, seja pela valorização sócio-ambiental e cultural, tal atividade tem constituído um papel relevante no contexto da produção de alimentos.

Essa realidade tem imposto à ciência a necessidade de refletir teoricamente sobre a produção orgânica. Não existe um consenso teórico sobre a definição do que seja a agricultura orgânica. Com base nos escritos de Dully (2001), é possível afirmar que não existe nenhuma definição de agricultura orgânica universalmente aceita. Algumas definições simplesmente especificam uma lista das práticas permitidas, excluindo várias outras tecnologias e abordagens gerais. Documentos e leis federais e estaduais, além de mencionarem práticas tecnológicas e de manejo, incluem também afirmações sobre diversos valores culturais e sociais envolvendo proteção do meio ambiente, conservação e saúde.

Esta carência conceitual não impediu que as práticas dos pequenos produtores orgânicos no interior de Mato Grosso do Sul fossem incluídas em uma proposta de “ordenamento territorial”, política pública do Governo Federal de criação dos territórios rurais. Eles estão inseridos no “Território Rural da Grande Dourados”, definido pelo programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário com 12 municípios, agrupados por registrarem a presença significativa de pequenas propriedades familiares e pela presença marcante da agropecuária na formação e no desenvolvimento destes locais. Esse território apresenta diversidade econômica e cultural, especificamente, a produção de alimentos orgânicos é praticada por pequenos produtores rurais em decorrência da demanda da produção; exige mais mão-de-obra, menor uso de investimentos em tecnologia e em maquinários.

Os agricultores de produtos orgânicos identificaram dois pontos centrais para atuação das políticas públicas no território rural: a regulamentação da certificação e o processo de comercialização dos produtos orgânicos. Eles apontam como solução para estas problemáticas concretas a certificação participativa e pública destes produtos e a criação de linhas de financiamento de crédito específicas para o setor.<sup>4</sup>

Na prática ocorrem críticas em relação ao que vem sendo oferecido a estes produtores. Eles dizem que não ocorreram mudanças nas relações entre os produtores e as empresas de intermediação, que dominam o mercado de certificação e definem as formas de produção e comercialização.<sup>5</sup> A forma alternativa de produção esbarra no modelo de comercialização dominado pelas grandes empresas. Por exemplo, a certificação é definida pela capacidade dos agricultores em implantarem as técnicas elaboradas por modelos técnicos-científicos muitas vezes estranhos aos produtores que de fato realizaram a chamada produção orgânica.

Neste contexto de embate de idéias e, principalmente, de práticas produtivas entre a grande produção agrícola de commodities e a produção agrícola orgânica, está a riqueza do processo em análise: a construção de uma identidade entre o grupo de produtores orgânicos, para além dos aspectos econômicos e, a produção de uma territorialidade diferenciada em um espaço da grande produção agropecuária.

## **Os produtores orgânicos da Região da Grande Dourados: o tempo e o espaço de resistência.**

Diferentes autores discutem o processo de formação de identidades culturais com diferentes escopos teóricos e metodológicos. Especificamente sobre a questão da identidade na análise da produção territorial e dos produtores orgânicos, alguns autores têm promovido um diálogo com a temática proposta, relacionando a produção agrícola com a construção

<sup>4</sup> Entrevista realizada com produtores rurais de produtos orgânicos em 2009, no município de Glória de Dourados-MS.

<sup>5</sup> Idem.

EM...  
de identidade.

Hall, busca em sua obra analisar o processo de identidade pelo viés do processo de globalização como um fenômeno da modernidade. Para este autor ocorre um processo de fragmentação das identidades, "...as identidades modernas estão sendo "descentradas", isto é, deslocadas ou fragmentadas ...". (HALL, 2006, p. 8).

Nesta perspectiva apresentada pelo autor, é relevante associar com a constituição do grupo de agricultores orgânicos, como resultado de identidades construídas localmente e que, para sua sobrevivência no mundo moderno, insere-se nas relações globais. É possível afirmar que com o processo de globalização a identidade local passa a ter significado, a ter sentido, a ser inserida no processo de produção do mundo.

Mas, nesse processo, para a inserção no mundo global, as práticas sociais do grupo são submetidas a normatizações globais; no caso específico pode ser citada a exigência de certificação dos produtos orgânicos para sua aceitação no mercado. Essas normatizações impõem mudanças nas práticas do grupo.

Portanto, a produção do lugar é transformada, incluindo elementos agora do mundo global. Contraditoriamente, e de maneira complexa, para existir no mundo global o grupo é transformado, vira um fragmento no global, mas um fragmento normatizado, enquadrado nas normas impostas pelos grupos sociais dominantes. Um processo de homogeneização, mas contraditoriamente um processo de fragmentação, de valorização das identidades locais.

A valorização das identidades e das práticas locais é seletiva. Nem todo o processo é interessante para o global. Desta forma, ocorre a seleção, aspectos são valorizados e outros são destruídos, transformados.

A discussão em torno do significado de identidade vem sendo largamente realizada no âmbito das Ciências Humanas, o processo complexo de fragmentação, homogeneização e transformação promove novos e profundos significados para as identidades locais, e certamente resulta em fragmentações territoriais.

A premissa de que as características do mundo moderno e a globalização promovem a homogeneização dos lugares não se concretizou, o fato observado é que a velocidade das mudanças promove a fragmentação espacial, com a consolidação de lugares com a valorização de práticas sociais locais, que se inserem no global pela diferença.

A fragmentação está inserida na dinâmica, no movimento da modernidade, na busca incessante pelo novo, pelo considerado como moderno. A fragmentação territorial está associada à identidade que o grupo produziu e reconheceu para si e na relação com o outro, a busca de sua legitimação, sua existência.

Especificamente o grupo de produtores orgânicos, ao valorizarem e reconhecerem as suas práticas sociais do passado, produção de alimentos sem uso de produtos industrializados e químicos, identificam-se como diferentes em relação aos produtores agrícolas considerados modernos, uso intensivo de insumos agrícolas sintéticos.

Essa identificação, essa fragmentação, é legitimada pelo outro, pela moderna agricultura mercantil, quando os produtores orgânicos adotam práticas produtivas e de comercialização aceitas pela normatização do mundo moderno, esta imposição significa a fragmentação espaço-temporal da sociedade local.

Os produtores orgânicos da Grande Dourados produzem uma territorialidade centrada na luta pela produção agrícola diferenciada, pela necessidade de organização social política para continuar a existir. A técnica produtiva, o modo de vida, os valores do passado, da tradição, encontra no tempo presente condições de existir enquanto resistência e enquanto identidade do grupo social.

Questão também fundamental, ao considerar a identidade, é levar em conta que esta se apresenta associada à idéia de representação e de localização. "Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico." (HALL, 2006, p. 71).

Desta forma, ocorre uma relação profunda entre identidade e produção do espaço, a construção de um território está intimamente ligada à identidade e sua legitimidade. Na sua prática cotidiana, este grupo construiu historicamente o imaginário da produção de alimentos diferenciados associado à idéia de sustentabilidade ambiental.

Nas suas práticas cotidianos eles fortalecem a proposta de mudança do sistema produtivo tradicional para o sistema agroecológico, que inclui práticas de construção de mecanismos alternativos de comercialização de produtos, uso de tecnologia alternativas e busca de sistema de sustentabilidade para um modelo de produção e de comercialização estranho à região, mas que possui fortes raízes na história de vida dos membros do grupo.

Especificamente no local onde estão instalados estes pequenos produtores – parte dos municípios de Glória de Dourados, Jateí e Deodápolis – o processo de ocupação e uso do solo promoveu resistência maior, quanto à implantação da moderna agricultura mecanizada, do que em outras áreas do Território da Grande Dourados.

Estes grupo de agricultores está inserido em área que originalmente fez parte da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, implantada pelo governo Vargas na década de 1940. Mas, estes produtores mantiveram as relações mais tradicionais em relação ao restante do território da colonização. Diferentemente de outras áreas, nesta foi implantada a cultura do café, oriundo das famílias de migrantes que, quando ocuparam a terra na década de 40, dominavam as técnicas desta atividade agrícola. A produção cafeeira promoveu a diferenciação deste grupo de produtores em relação aos outros produtores da CAND.

Estes produtores percebem a necessidade da organização em grupo para a prática da agricultura orgânica. A luta destes produtores para a criação desta associação começa na década de 1980, quando o grupo inicial começou a ter a idéias de produzir café orgânico para exportação, atendendo à demanda internacional. Buscaram no estado do Paraná a tecnologia de produção orgânica na rede EcoVida, uma ONG já consolidada em atuação com os produtores orgânicos daquele estado.

Os princípios da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul, APOMS, registrados nos documentos da Associação, são os de “converter a propriedade convencional em um sistema agroecológico, a construção de canal de comercialização dos produtos orgânicos, validação de tecnologias e busca da sustentabilidade”. (2009). Ela é a uma única Associação de Produtores Orgânicos, reconhecida no estado de Mato Grosso do Sul e oficialmente registrada a partir de 2000.

Eles partiram para as preparações e adequações técnicas necessárias para a produção orgânica de café e conseguiram realizar a primeira colheita em 1990. Nesse momento, a questão que se apresentou de forma crucial foi a impossibilidade de exportar. O café não tinha certificação e a seguradora da exportadora, localizada em Santos-SP cobrou um valor acima da possibilidade de pagamento dos produtores. O valor, considerado alto pelos agricultores, foi justificado como sendo em função da mercadoria “café orgânico” ter uma supervalorização no porto de Santos.

Os produtores estavam com grande estoque de café colhido e com dívidas contraídas para implantar a mudança técnica da forma de produção. A saída encontrada pelo grupo foi vender o café orgânico como se fosse convencional. Este fator comercial encaminhou para a criação de uma associação e não de uma cooperativa, pois entendiam que na associação estavam livres para comercializar os produtos individualmente ou em conjunto, dependendo da situação de comercialização.

Nesse processo, a APOMS tomou forma de associação, e se apresentou como referência em relação à produção agroecológica. A princípio adotou o sistema de formação de células, distribuídas territorialmente pelo Mato Grosso do Sul. Atualmente, são conhecidas e consolidadas pelo menos nove células ou núcleos<sup>6</sup>.

A partir dos dados coletados, é possível apontar as principais características dos produtores associados à APOMS: cinco (5) dedicam-se exclusivamente aos produtos orgânicos; outros cinco (5), além da lavoura de café, um (1) produz também leite, um (1) produz leite e frango de corte, um (1) produz mandioca e frango de corte, um (1) produz amendoim, milho e cana de açúcar, e um (1) cultiva também mandioca.

---

<sup>6</sup> O funcionamento destes núcleos ou células definidos pelas APOMS está baseado na descentralização da sede da associação, possibilitando a criação de núcleos regionais independentes que levam o nome da associação. O núcleo reúne membros de uma região com características semelhantes, o que facilita a troca de informações e o processo de produção individual ou coletiva.

Praticamente todos eles têm a atividade da produção do leite como complemento ou como renda fixa para a propriedade; nenhum dos entrevistados leva em conta a atividade das suas esposas, que realizam trabalhos de venda direta em feiras livres nas cidades da região. Foram identificadas três (3) mulheres que participam da venda dos produtos nas feiras. Mas, nas entrevistas esta venda não é somada na renda familiar, aparece como uma renda não computada pela família. Pode ser identificado, a princípio, que o grupo desvaloriza o trabalho feminino na feira, ou desvaloriza a venda do produto sem a embalagem de “orgânico”, como é feita na feira semanalmente.

Entre o grupo de produtores, dez (10) residem no próprio sítio, enquanto quatro (4) moram na cidade. Destes, dois (2) moram no mesmo município e próximos à propriedade rural, distante no máximo a dez quilômetros, e dois (2) residem em outro município.

A maioria dos produtores trabalha nas propriedades há tempos, em média acima de vinte anos de residência ou posse da propriedade rural. Apenas um trabalha a menos de cinco anos, justamente o que possui a propriedade em assentamento rural do INCRA.

Eles se consideram como Agricultores Familiares – 10 produtores; e quatro (4) não se enquadram na classificação do PRONAF, principalmente em função da origem da renda. No grupo há um médico, um promotor de justiça e a esposa, e um funcionário público.

Metade dos entrevistados (sete) usa exclusivamente a mão-de-obra familiar nos trabalhos na propriedade, enquanto os demais empregam mão-de-obra contratada, tanto fixa quanto temporária. Os empregados fixos são do sexo masculino, com idade média de 32 anos, e recebem um salário mínimo rural.

Já para a mão-de-obra temporária, que ocorre apenas nas propriedades de café para atender a demanda no período da colheita, entre os meses de abril a julho, os contratados são de ambos os sexos, sendo a maioria de mulheres. Para o sistema de colheita do café praticado nas propriedades, de colheita seletiva, ou seja, escolhendo os grãos em ponto de cereja (vermelhos), a produtividade das mulheres é melhor do que a dos homens.

O que pode ser avaliado no perfil preliminar destes produtores é a existência de uma identidade que possibilitou o agrupamento, a luta pelo ideal da produção de alimentos orgânicos. Mas é possível identificar um processo desarticulado de suas ações quanto à formação de um grupo social que possa ter uma marca no território. O grupo possui técnicas da Agroecologia, mas apresenta práticas isoladas e desarticuladas.

Ao aceitar a hipótese da identidade como fator preponderante na formação do grupo de agricultores orgânicos estudado, é interessante considerar que essa identidade se constrói em função da consciência que o grupo tem de si mesmo e pela cultura que produz relacionada à produção orgânica. Nesse sentido, a territorialidade dos produtores orgânicos do interior de Mato Grosso do Sul deve ser pensada como uma prática social que vai além do econômico. Ela está associada ao modo de vida e à cultura, e enquanto produto diferenciado relaciona-se ao processo de reinvenção social da natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão aqui realizada buscou fazer aproximações sobre a produção do território em parcela de Mato Grosso do Sul, tendo como centralidade a análise da produção agrícola orgânica praticada por pequenos produtores rurais localizados no chamado Território Rural da Grande Dourados.

Através de um olhar geográfico sobre o objeto definido para o estudo, foi possível realizar algumas inferências sobre a produção do território a partir da alternativa da produção agrícola orgânica praticada por um grupo social inserido em uma região do país caracterizada pela produção agrícola convencional moderna.

Estes agricultores, coletivamente, no seu cotidiano procuram dar respostas às necessidades da sociedade moderna nas suas práticas culturais relacionadas à sua relação com o ambiente. Eles desenvolvem a idéia de pertencimento territorial, uma idéia alternativa de mundo, de produção para a vida ou baseada em uma racionalidade que supera as imposições do modelo de desenvolvimento. Considera as práticas culturais como centrais na cons-

tituição da identidade territorial.

O conhecimento geográfico pode contribuir com o entendimento deste movimento da sociedade, refletindo sobre as práticas dos agricultores de produtos orgânicos e seus caminhos para a superação dos problemas construídos pela racionalidade moderna.

A institucionalização da organização destes agricultores em uma associação – APOMS – sinaliza para a possibilidade de consolidação de suas idéias produtivas, com a inserção no mercado, e com a globalização, no mercado internacional. Tal institucionalização também promove transformações profundas no fazer e no pensar deste grupo, e novas exigências foram colocadas, como por exemplo, a organização da comercialização e certificação dos produtos.

A organização da comercialização pode ser pensada através do cooperativismo e/ou do comércio justo e solidário. A inserção no projeto de comércio justo e solidário exige capacitação dos membros do grupo e formas de comércio próprias e específicas, rompendo com as formas tradicionais do comércio internacional por *commodities*.

Este grupo analisado tem atuado na perspectiva do comércio justo e solidário, com a participação em feiras, eventos e seminários para entendimento e consolidação da proposta, que tem com centralidade o comércio de produtos orgânicos com regras específicas e, principalmente, que participe de uma rede de solidariedade comercial, com o preço sendo definido pelo custo de produção.

A normatização exigida para os produtos orgânicos, como a certificação para a comercialização, promove a inserção dos produtores na racionalidade do mundo moderno. Seus produtos são aceitos no mercado globalizado, mas, promove alterações na organização social do grupo, especialmente com a individualização da certificação.

Alternativa concreta para a reversão desse processo é a implantação do Território da Cidadania e do Território Rural, políticas do estado nacional que apresentam propostas de práticas que superem o domínio do mercado global, como por exemplo, a proposta vinda das organizações dos produtores orgânicos para criação de um processo de certificação participativa e pública.

A implantação do Território Rural possibilitou também novas perspectivas de organização dos pequenos produtores rurais ao trabalhar a espacialidade do movimento, ou seja, agricultores com idéias e objetivos congruentes atuam de forma conjunta, com o auxílio do estado, que passa a ter efetivamente o papel de mediador do desenvolvimento dos pequenos produtores rurais, propondo ao final do processo a autogestão dos agricultores.

Este exemplo de participação e organização dos produtores orgânicos, e sua inserção nas políticas públicas do Estado, apontam para um processo de reconhecimento da possibilidade de alteração das formas produtivas agrícolas dominantes, baseadas na pilhagem ambiental e na super exploração do trabalho.

A análise da produção do território pelo grupo de produtores rurais orgânicos permite refletir sobre a importância do conhecimento e das práticas construídas historicamente pelos homens e mulheres no processo de constituição do lugar.

A história das técnicas utilizadas pelos grupos sociais dominantes, colonizadores e, portanto, vencedores na produção de alimentos têm resultado em tragédias ambientais e sociais. Esta história não é a única a ser contada, não é a hegemônica, pois temos a história de vida e de produção do território dos vencidos, dos subjugados, que resistem, existem e movimentam o futuro.

A visibilidade da produção territorial do grupo social dos pequenos produtores escancara os limites impostos pelas análises científicas e políticas centradas exclusivamente na valorização econômica. A construção e as leituras do mundo são múltiplas e a compreensão do movimento desta parcela da sociedade tornada invisível é essencial para compreender a produção do espaço em sua totalidade.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. da C. (Orgs.). **Geografia e cultura**: os lugares da

EM...  
vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ALMEIDA, M. G. Identidade e sustentabilidade em territórios de fronteiras no estado de Goiás-Brasil. In: DEL RIO, J. M. V.; CARDIA, L. M. **Territorialização, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil e na Espanha**. Rio Branco: EDUFASC, 2006. p. 185-207.

ALVES, A. F.; CARRILLO, B. R.; CANDITTO, L. Z. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRAGA, C. MORELLI; G. LAGES, V. N. (Org.). **Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília: SEBRAE, 2004.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COULON, B., **Territorialité et pouvoir: L'exemple de agriculture de proximité**, 2003/2004, 58f. Département de Géographie, Université de Genève. Paris. 2003/2004.

FLORIT, L. **A reinvenção social do natural: a natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Blumenau: Edifurb, 2004.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra-Portugal: Livraria Almedina, 1980.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar I**. Campinas: Unicamp, 1993.

MÉO, D. G. **L'identité: une médiation essentielle du rapport espace/société**. In Géocarrefour. Paris, v. 77, n. 2, p. 175-184, 2002.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ORMOND, J. G. et. al. **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SANTOS, M. Dinheiro e território. Programa de pós-graduação em Geografia. **Territórios**. Rio de Janeiro RJ: UFF/ AGB-Niterói, 2002.